



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORANEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO A CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO NEGRA,  
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS**

**Ventos da república: eugenismo e o projeto de nação para o  
Brasil no pós-abolição, repercussões no campo da política  
social e o papel do Estado**

André Henrique Mello Correa<sup>1</sup>

**Resumo:** Trata-se de pesquisa preliminar, de natureza qualitativa, ancorado em pesquisa bibliográfica. Tem por objetivo, estabelecer um diálogo acerca do pensamento eugenista e as intervenções do Estado no âmbito da “questão social” no pós-abolição, centralmente vinculada a construção de um *projeto de nação* racializado. Esse caldo histórico-conjuntural, informará o Serviço Social, quando de sua emergência e institucionalização. As sínteses conclusivas, coadunam a premissa de que o pensamento social de cada época, ensejará reverberações para pensarmos às *continuidades-rupturas* das intervenções do Estado, o desenho da política social e a centralidade das relações étnico-raciais para uma análise concreta da “questão social” no Brasil.

**Palavras-chave:** Formação Social Brasileira; Eugenismo; Questão Social; Política Social; Racismo.

**Abstract:** This is preliminary research, of a qualitative nature, anchored in bibliographical research. Its aim is to establish a dialogue about eugenicist thinking and state interventions in the context of the "social question" in the post-abolition period, centrally linked to the construction of a racialized nation project. This historical-conjunctural broth will inform Social Work when it emerges and becomes institutionalized. The concluding summaries are consistent with the premise that the social thinking of each era will provide reverberations for thinking about the continuities-ruptures of state interventions, the design of social policy and the centrality of ethnic-racial relations for a concrete analysis of the "social question" in Brazil.

**Keywords:** Brazilian Social Formation; Eugenics; Social Question; Social Policy; Racism

## 1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui desenvolvidas, são constitutivas do capítulo 1 - “*Serviço Social na História*” - *pressupostos teórico-analíticos da questão étnico-racial no interior da profissão e seus fundamentos*, da pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ), denominada - “*A história não avança pedindo permissão*”: *A agenda*

<sup>1</sup> Assistente Social, Docente Substituto no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRJ), e-mail: ahmc.associal2019@gmail.com



*antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político.*

Buscamos nestas breves reflexões, algumas aproximações ao ideário do pensamento conservador de base eugenista, que permeou vastos círculos da intelectualidade brasileira, de forma significativa e sistematicamente organizada no pós-abolição, durante os ventos da república. Estando presente em vários extratos sociais e campos do conhecimento (saúde, direito, agronomia, etc.) e espalhado por várias cidades e capitais pelo Brasil.

As teses eugênicas, ao que pese suas metamorfes e diferenças internas, suas formulações e disseminação, ensejam um ideário e imaginário social com prospectiva a melhoria da nação brasileira, naquilo que tem de maior degenerescência e atraso. O elemento racial, é objeto de estudo e elaborações centrais, observando o suposto atraso brasileiro relacionado aos seus extratos indígenas e negros.

Este pensamento e caldo cultural, informará as respostas do Estado, pela lógica da coerção e consenso, bem como, o desenho e lógica de operacionalidade interventiva frente às expressões da “questão social”, tratada como *problemas sociais* no âmbito do ordenamento público.

O Serviço Social, apreendido numa perspectiva histórica-conjuntural é informado medularmente pelo pensamento social de cada época, seja nas suas bases teórico-filosóficos ou prático-interventivas. O que enseja a reprodução acrítica, neste período das relações étnico-raciais, no processo de trabalho, junto aos segmentos da classe trabalhadora, fundamentalmente enegrecida, com o quais se defrontavam. Isso, não suprime desafios. Afinal, a profissão não está isenta da possibilidade de reprodução do racismo, no tempo presente, apesar dos avanços incontesteis na ordem do dia acerca da matéria.

Enveredando algumas linhas aproximativas a este debate, o presente artigo está organizado numa discussão geral, a partir de um tópico único - *Estado, eugenismo e política social: notas aproximativas ao debate*, seguido de sínteses conclusivas ao debate, enquanto uma agenda de pesquisa em andamento. É o que se segue.

## **2. ESTADO, EUGENISMO E POLÍTICA SOCIAL: notas aproximativas ao debate**

O pós-abolição e a entrada na nova república trouxeram infindáveis problemas e preocupações de monta para a elite nacional brasileira. Os processos de transição do escravismo e a inserção no mercado mundial de forma dependente e subordinada, ao que pese *rupturas* carregam juntamente *continuidades*, derivadas de determinações estruturais. Tão logo, a questão étnica e racial, de um país marcado por um processo violento da



escravidão indígena e fundamentalmente da força de trabalho do negro escravizado, constituía um *nó* e um percalço para as elites dominantes, do ponto de vista dos dilemas postos na ordem do dia para o desenvolvimento do Brasil, como nação, destarte o seu caráter eminentemente agrário no início do século XX.

O Estado brasileiro, enquanto mediação político-opressora (Fagundes, 2022), teve papel central na condução dos conflitos sociais e na adoção de políticas sociais para fins de contenção da classe trabalhadora e dos conglomerados que se alastraram pelos grandes centros urbanos.

A passagem da subsunção formal para a subsunção real incrementa e agudiza as condições de trabalho do proletariado negro no pós-abolição, pois consolida sua firme situação de desemprego, subemprego, inatividade (características da superpopulação relativa estagnada). A manutenção de uma remuneração abaixo do valor necessário atinge o conjunto dos trabalhadores brasileiros e com maior brutalidade a parcela negra do proletariado (Fagundes, 2022, p. 32).

A população negra foi abandonada à própria sorte pelo Estado brasileiro. Constituindo-se um elemento de instabilidade política da sociedade abrangente. Assim, como o conjunto das organizações e movimentos sociais negros, enquanto *grupos específicos*<sup>2</sup>, se organizaram desde o período escravista, não foi diferente no período republicano até nossos dias, ao que pese distintas vinculações, frentes de atuação, estratégias e táticas de lutas, destarte que “[...] a evolução histórica desse movimento não foi estanque ou linear; ao contrário, foi marcada por contradições, avanços, recuos e estagnações de diversas ordens” (Domingues, 2006, p. 119).

Demarca-se neste sentido, elementos estruturais e histórico-conjunturais, que nos permitem compreender a particularidade que incorre um debate mais próximo da realidade concreta, que ilustra o que poderíamos assim chamar, como a gênese da “questão social” no Brasil, ao considerarmos o amálgama das relações sociais centralmente informadas pelas determinações étnico-raciais para a análise da luta de classe e para a história do trabalho no Brasil (Martins, 2012; Souza, 2021, 2023), ao compreendermos a dinâmica própria da Lei Geral da Acumulação Capitalista (Marx, 2017), a partir da nossa particularidade nacional.

A assim chamada “questão social”, em termos gerais, ante ao período de instauração da república, foi tratada como “problemas sociais”, sob a ótica do ajustamento e da retirada de circulação dos indivíduos da sociedade abrangente – no limite, por meio da norma, patologização e da tipificação penal de *vadio* e *vagabundo*. Desta maneira, o *mau*

---

<sup>2</sup> Moura (2019), realiza uma distinção do que categoriza como: *grupos específicos* e *grupos diferenciados*. “[...] o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico, na medida em que ele próprio sente essa diferença e, a partir daí, proura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico ou mecanismos de intergação na sociedade. O *grupo diferenciado*, por isso, é identificado. O *grupo específico*, por seu turno, se identifica (Moura, 2019, p. 148-149).



*cidadão negro, indígena e quilombola* são enquadrados nessa tipificação penal, a medida que a “questão social” passou a ser respondida através dos mecanismos de expulsamento, estigmatização, criminalização e coerção direta, nos ventos da nova república, a exemplo do Código Penal de 1890, ao tratar dos vadios e capoeiras<sup>3</sup>. É certo, que havia uma preocupação iminente acerca do desenvolvimento nacional e a modernização do Brasil como nação, o qual perpassava, medularmente, pelo debate em torno do melhoramento da raça.

É neste cenário que irão emergir de forma mais orgânica, ainda que seja anterior à instauração republicana, o que poderíamos chamar de *pensamento social brasileiro de caráter conservador*, tendências que buscavam “pensar o Brasil” e formular estratégias para a manutenção da ordem e para o progresso nacional. Denota deste período, das primeiras décadas do século XX, a emergência e *sofisticação* do pensamento conservador de base eugenista — “[...] profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país” (Stepan, 2004, p. 355), buscando solucionar ou criar alternativas para o desenvolvimento do Brasil como nação, contando com intelectuais no campo da medicina psiquiátrica, da antropologia, sociologia, direito (criminologia), dentre outras áreas, que inclusive, ocupavam cargos na estrutura do Estado e por conseguinte na formulação das políticas públicas; tenazmente, trazendo reverberações para o Serviço Social, quando da sua emergência e institucionalização na conjuntura em que se situava na década de 1930.

A identificação dos diálogos que a profissão realiza com o pensamento social em cada época, como incorpora e produz formulações conceituais próprias, como apreende as determinações que definem suas finalidades e explicita suas concepções ético-políticas e teórico-práticas são requisitos para o entendimento da gênese e institucionalização do serviço social no país. E ao se tratar da realidade brasileira, todos esses dados precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, desigualdades, elementos estruturais da nossa formação social e histórica (Silva, 2022, p. 38).

A *eugenia* tem em Francis Galton (1822-1911) – antropólogo, matemático, meteorologista e estatístico inglês – o seu pai, tendo cunhado o termo pela primeira vez em 1883, embora seus estudos acerca da hereditariedade e da antropometria fossem antecedentes<sup>4</sup>. De origem grega, o termo “eugenia”, tem por significado – “bom em sua origem ou bem nascido” (Stepan, 2004; Del Cont, 2008).

<sup>3</sup> Código Penal – Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890. Cap. XIII – Dos Vadios e Capoeiras, arts. 399 à 404.

<sup>4</sup> “As idéias de Francis Galton sobre a herança apareceram pela primeira vez em dois artigos publicados em 1865 na Macmillan’s Magazine, que compunham as duas partes de um trabalho intitulado “Hereditary talent and characters”, (“Talentos e caráter hereditários”), e quatro anos mais tarde e de forma definitiva, na obra Hereditary genius (O gênio hereditário), na qual Galton, utilizando-se de biografias familiares de pessoas famosas, dicionários biográficos e registros de antecedentes familiares de poetas, artistas, militares e intelectuais de diversas áreas, procurou defender a tese de que não somente os aspectos físicos, mas também o talento e a capacidade intelectual poderiam ser calculados, administrados e estimulados, por meio de casamentos criteriosos durante gerações consecutivas” (Del Cont, 2008, p. 204).



Durante o século XIX e XX inúmeros estudos no âmbito das ciências biológicas, distintas tendências formularam em torno da hereditariedade e da melhoria da raça, convergentes e divergentes da formulação Galtoniana<sup>5</sup>, de tal maneira, influenciando medularmente o conjunto de pensadores de tendências conservadoras eugenistas na realidade brasileira.

É nesta seara e caldo cultural no âmbito da *moderna ciência da época*, que muitos viajantes e pensadores europeus passaram pelo Brasil, e formularam acerca da nossa formação social, ensejando visões distintas, colocando na ordem do dia perspectivas para o desenvolvimento da nação.

O debate acerca da raça, da miscigenação, do branqueamento se inserem enquanto dilemas na ordem do dia e no escopo de tais formulações. A exemplo do amigo pessoal de Dom Pedro II, o diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882), diga-se de passagem, um eugenista contumaz, influenciado pelas ideias galtonianas. Destacamos sua vinda ao Brasil, entre 1869-1870 onde teve profícuas conversas com Dom Pedro II e as piores impressões das *gentes* brasileiras, onde dizia que todo mundo era feio como macaco, degenerados e que possuíam espírito viciado (Goés, 2018).

O trabalho de Souza (2013), destaca as visões de Gobineau sobre os brasileiros a partir dos seus fundamentos teóricos de base eugenista. Pondera que: “A tese de Gobineau era de que a questão étnica seria a responsável pelo declínio de civilizações que outrora floresceram”, por certo, “Esse fato se dava porque uma raça originalmente pura ao misturar-se com outras se tornava degenerada, perdia as suas qualidades essenciais, levando essa civilização ao declínio” (Souza, 2013, p. 23).

O debate mais geral em torno da *moderna ciência médica e biológica*, terão inserção nos círculos da intelectualidade brasileira, tendo centralidade ao que tange às estratégias para fins de construção de uma unidade nacional, mediante às contradições e tensões que estavam colocadas no âmbito das classes sociais. Havia uma preocupação com a constituição étnica e racial da população, como destacado, centrada numa perspectiva de branqueamento alinhada à noção de ordenamento público e progresso nacional.

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc (Mansanera; Silva, 2000, p. 117).

Ao que pese, diferenças internas dentro das perspectivas, vinculações teórico-científicas dentro do pensamento conservador-eugenista, de base – “positiva”, “preventiva” e

<sup>5</sup> N.E: A exemplos dos estudos de Jean Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Gregor Johann Mendel (1822-1884).



“negativa”, que permearam o universo de formulações na realidade brasileira, não nos deteremos a essa questão (Stepan, 2004). Cumpre elucidarmos aqui, um quadro mais geral, que irá nos permitir estabelecer os nexos posteriores de uma agenda de pesquisa em curso, que ilustram um diálogo direto da emergência e institucionalização do Serviço Social no Brasil, o papel exercido pela eugenia e a sua vinculação com o higienismo na adoção das estratégias do Estado na adoção de políticas sociais ante o conjunto das expressões da “questão social”, vinculadas ao mundo do trabalho, questão da moradia e habitação, da infância<sup>6</sup>, da família e casamento, no campo da saúde e educação, saneamento, combate ao alcoolismo<sup>7</sup>.

O Brasil, diga-se de passagem, foi o primeiro país da América Latina, a constituir um movimento eugênico organizado (Stepan, 2004). No Brasil destacam-se como os principais disseminadores do eugenismo, nomes como: Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Vianna (1883-1951), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Renato Kehl (1889-1978) e Miguel Couto (1865-1934), dentre outros (Stepan, 2004; Goés, 2018; Almeida, 2019).

Nos interstício do Século XX é que data a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, fundada por Renato Kehl<sup>8</sup>, e a Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, fundada por Gustavo Riedel, as quais exerceram forte influência enquanto tiveram atuantes, com vastas produções, realização de estudos, conferências e trabalho de propaganda de imprensa bastante intenso.

Stepan (2004), destaca quatro fatores importantes, para pensarmos a proeminência do surgimento da eugenia no Brasil. O *primeiro*, se refere a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial (1914-1919), ao lado dos aliados; o *segundo*, como resposta “[...] a prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam em 1920 como ‘a questão social’: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata” (Stepan, 2004, p. 336); o *terceiro* fator, diz respeito ao estágio em que se encontrava a ciência brasileira, a exemplo os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelas faculdades de medicina, institutos agrícolas; e o *quarto* fator, diz respeito ao condicionamento acerca da situação racial do país.

Desde a transferência da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a ‘capacidade’ brasileira e o destino nacional. E,

<sup>6</sup> C.f: AGUILAR FILHO, Sidney. Educação, Autoritarismo e Eugenia: Exploração do Trabalho e violência à infância no Brasil (1930-45). Tese de Doutorado. Campinas (SP), 2011. O presente trabalho inspirou a produção do documentário: Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil (Brasil, 2016).

<sup>7</sup> Desordem civil, mau exemplo, atentado à moralidade, gastos de recursos públicos, prejuízo aos trabalhos desenvolvidos nos manicômios, degeneração da raça e improdutividade eram apontados pelos especialistas como os resultados do uso do tóxico. Por esse motivo, o álcool era considerado como um veneno social, mais daninho à humanidade do que as pestes, as guerras e a fome (Tomamo, 2022, p. 4).

<sup>8</sup> Por volta de 1947, ele publicara 26 livros, dos quais os mais importantes foram A Cura da Fealdade (1923a), Eugenia e Medicina Social (1923b), Lições de Eugenia (1935) e Aparas Eugênicas (1933) (Stepan, 2004, p. 340-341).





particularmente a partir da abolição em 1888 e da proclamação da Primeira República no ano seguinte, a ciência emergira como ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e – especialmente – raciais (Stepan, 2004, p. 338).

Nesta perspectiva, a “raça” era a principal responsável pelos dilemas e o atraso nacional. Constituindo-se objeto de análise em diferentes frentes de debate. Esse conjunto de formulações, matérias, palestras, notícias podem ser lidas e analisadas nos dois principais meios de propagando do período: o *Boletim de Eugenia do Rio de Janeiro*<sup>9</sup>, que circulou entre os anos de 1929-1932 e os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*<sup>10</sup>, editados de 1925 a 1947.

Esse debate mais amplo, o conjunto de dilemas e frentes de atuação das organizações eugênicas e suas elaborações, terão repercussões imprescindíveis no aspecto político-ideológico no âmbito das relações sociais mais amplas, inclusive informando às respostas do Estado às expressões da “questão social”, seu caráter conservador, coercitivo, manipulatório e de ajustamento da classe trabalhadora<sup>11</sup>. Se tratando de Brasil, tendo no seu contingente enegrecido, parcela significativa destas intervenções. Veremos enveredações, ao tratarmos da emergência e institucionalização da profissão, identificando o Serviço Social na história e seus diálogos conjunturais (Pinheiro, 1985; Aperibense, 2009; Ferreira, 2010; Machado, 2015; Silva, 2022).

É interessante notar que esses elementos que conformam a realidade brasileira na sua concretude histórico-conjuntural, à medida que se expressam nas respostas profissionais, na lógica e desenho institucional das políticas sociais, informa, também, a formação destes quadros profissionais. Encontramos na síntese de Silva (2022), um quadro geral das disciplinas de higiene e puericultura expresso nas grades curriculares de algumas escolas elencadas.

#### **Quadro 1 – Disciplinas de higiene e puericultura nos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil: Eixo Rio de Janeiro-São Paulo**

<b>Cursos de Serviço Social</b>	<b>1º ano</b>	<b>2º ano</b>	<b>3º ano</b>
Centro de Estudos e Ação	Higiene	Higiene pré-natal Puericultura	

<sup>9</sup> C.f. Hemeroteca Digital Brasileira. Boletim de Eugenia (RJ) - 1929 a 1932. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>>.

<sup>10</sup> C.f. UEM. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Disponível em: <<http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental>>.

<sup>11</sup> Conforme classifica, Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), em seu clássico *Práticas de Sociologia (1935)*, os desajustamentos apresentam distintas modalidades: *desajustamento da condição* (miséria e pauperismo); *desajustamento do espírito* (alienação); *desajustamento dos sentidos* (cegueira, surdez e mudez); *desajustamento da saúde* (alcooolismo, lepra, moléstias e vícios); *desajustamento do amparo* (velhice, infância); *desajustamento da economia* (desemprego, greves); *desajustamento da conduta* (delinquência e crime); *desajustamento político* (revolução e guerra). Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/project/delgado-de-carvalho/>>. Ainda, Pinheiro (1985), ainda, acrescenta o *desajustamento familiar*, observando que é o que mais se relaciona com o Serviço Social.



Social – São Paulo, 1936		Higiene mental Higiene do trabalho	—
Serviço Social da Escola de Enfermagem Anna Nery – Rio de Janeiro, 1940	Higiene Higiene mental Puericultura	Puericultura Higiene escolar Higiene mental	Puericultura Higiene escolar Higiene mental
Curso de Serviço Social da Escola técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth – Rio de Janeiro, 1944	Higiene	Higiene mental Puericultura	—

Fonte: VASCONCELOS, E. M. O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. In: *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 127-180; PINHEIRO, M. E. *Serviço Social*. Uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edições UERJ, 1985; *apud*. SILVA, Ana Paula Procópio da. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: (Org.). EURICO, Márcia Campos...[et al]. *Antirracismos e Serviço Social*. – São Paulo: Cortez, 2022, p. 46.

Tratam-se de disciplinas, com tenro diálogo com a área da saúde e com o debate mais geral em torno da saúde mental, estratégias sanitárias e a questão da infância. Neste sentido, sublinha-se, que – “O principal ponto de convergência entre o Serviço Social tradicional e o higienismo é a significativa combinação entre pobreza, doença e ignorância” (Ferreira, 2019, p. 85).

É frente a esse quadro dinâmico, que Ferreira (2010) empreendeu considerável esforço teórico-metodológico na análise do negro na gênese do Serviço Social no Brasil. Importante trabalho no campo dos fundamentos históricos da profissão. A autora, se atendo para o período de 1936-1947<sup>12</sup>, realiza um estudo histórico aprofundado, por meio da pesquisa documental da gênese do Serviço Social das escolas de diretrizes profissionais de São Paulo. Desta forma, observa que, embora veladas, há um conjunto expressivo de referências presentes nas fontes primárias do Serviço Social sobre negros, que denotam um código de etiqueta moral que silencia sobre a cor.

Neste movimento, a conjuntura mais ampla da realidade mundial e da realidade brasileira, conforma a profissão nos seus aspectos teórico-filosóficos e doutrinários. Assim como informa o caráter da sua prática no âmbito das instituições sociais no âmbito do Estado, afinal – “[...] o Serviço Social faz parte da história das relações sociais, e por ela é impactada” (Elpídio; Valdo, 2022, p. 327).

A concepção de história como processo de avanços e retrocessos possibilita perceber como o pensamento conservador se coloca na origem da profissão e como ele se reatualiza na articulação com os determinantes constitutivos da nossa cultura profissional, as formas de enfrentamento e resistência a ele (Guerra, 2019, p. 35).

<sup>12</sup> N.E: Este recorte compreende a data da criação da 1ª Escola de Serviço Social em São Paulo, em 1936 e a realização do 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947.





Como aludido, essa hipótese lançada situa o Serviço Social, enquanto profissão historicamente determinada. Neste período, a categoria de profissionais caudatária da ideologia do racismo e sua funcionalidade mistificadora, reproduziu acriticamente seus determinantes engendrados pelo “mito da democracia racial”, sob o viés conservador da reeducação e do funcionalismo, na dinâmica do aparelho estatal e sua institucionalidade vinculada ao projeto de nação vigente. Conforme postulado por Ferreira (2021, p. 100) “houve intervenções no campo comportamental dos trabalhadores e de suas famílias: hábitos de saúde, combate ao consumo de álcool e outros ‘venenos raciais’” .

Preliminarmente a fim de avançarmos nas mediações que substanciam nosso debate, é que destacamos a pesquisa de Souza (2015; 2022)<sup>13</sup>. Ao analisar a documentação histórica no Rio de Janeiro nos anos de 1870-1930 (capital do Brasil a época), o autor evidencia o papel do Estado na construção da assistência social, cuja voltava-se para o enfrentamento da pobreza urbana e ordenamento do mundo do trabalho, tendo na ação da polícia como um dos agentes executores destas práticas pela lógica do ordenamento público.

Os Chefes de Polícia eram obrigatoriamente bacharéis, juízes ou desembargadores, exerciam determinante influência no escopo geral da classe dominante, eram parte pensante e proficuamente atuante na construção do discurso oficial sobre a nação, fundamentados na moderna ciência da época (Souza, 2015, p. 104).

O autor supramencionado (2015; 2022), observa que dentro conjunto de instituições no período analisado, gestadas pela polícia, destaca-se o *Asylo de Mendicancia*; — “Por meio desta instituição é possível demonstrar as práticas, as ideias e o protagonismo da polícia em relação à construção histórica da assistência social” (Souza, 2022, p. 105). Nesta análise, Souza constata que, a partir dos relatórios de inspeção policial, poderia-se destacar as instituições geridas pela polícia em duas categorias: a) *Systema Penitenciário* – onde aparecia, a Casa de Detenção e a Colônia Correccional de Dois Rios; e b) *Serviços Policiais* – onde situa-se o Asylo de Mendicidade, o Abrigo dos Menores Abandonados ou hospedaria dos abandonados da Ponta Galeão (Souza, 2022).

Nesta mesma linha, Ferreira (2020), com arguta análise em sua Tese de Doutorado – *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistências dos trabalhadores negros*, sinaliza o surgimento da política social, considerando as relações raciais gestadas na sociedade brasileira. Analisando, assim, o período de 1850-1930, seus atravessamentos e incidência das/os trabalhadores/as negros/as do ponto de vista de redes de solidariedade e proteção social, cujo grande contingente estavam a margem do sistema

<sup>13</sup> Em seus estudos argutos, Souza (2010; 2015), analisou os relatórios do Ministério da Justiça, dos quais eram integrados os relatórios dos Chefes da Polícia do Rio de Janeiro, capital do Brasil, à época. Analisa um total de 64 relatórios, mais de 20.000 páginas, correspondente ao período entre os anos de 1870 a 1930; além de outras fontes jornais da época, anuários, legislações, regulamentos, avisos, decretos, etc.



produtivo e/ou inserido em determinados postos de trabalho mais precarizados no advento do séc. XIX e XX no Brasil.

O Estado se apropriou de práticas (fundos, caixas) e discursos (trabalhismo) já presentes entre trabalhadores e o fez simultaneamente à assunção de concepções eugênicas e culturalistas sobre a formação da nação. A ideia de trabalhadores do Brasil (com ênfase no nacionalismo) e políticas sociais fizeram parte do mesmo projeto de nação que objetivou dizimar a população negra do país. (Ferreira, 2020, p. 25).

Nesta seara, como vimos, irão despontar tendências ideológicas conservadoras vinculadas ao branqueamento da população via miscigenação, “mito da democracia racial” – assimilacionismo, aculturação, dada diferentes tendências neste campo, vinculadas a projetos de nação. Almeida (2019, p. 90), é assertivo ao nos lembrar que – “O Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir, se ao mesmo tempo, não alimentasse e não fosse alimentado pelas estruturas estatais”.

A própria Carta Constitucional de 1934, do governo varguista, expressa esse caráter do Estado brasileiro, ao ilustrar em seu artigo 38º, a previsão ao estímulo para uma educação eugênica e o cuidado da higiene mental e incentivo a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934)

Estamos falando até aqui, daquilo que era lido, como dilemas incontornáveis para a modernização do Brasil. Com a publicação em 1933 da primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, obra magnânima do sociólogo recifense, Gilberto Freyre (1900-1987), pode-se dizer, que demarca-se uma *nova fase* acerca das enveredações teóricas acerca do *dilema racial* brasileiro, capturados por uma perspectiva *culturalista*. Isso, não significa o desaparecimento das teses eugênicas.

O argumento freyreano se embasa na postulação de que negros e brancos em nosso país se relacionavam harmoniosamente, diferente de outras nações que implementaram a escravidão moderna. Isso porque no Brasil houve compartilhamento da religião, costumes culturais e até aproximações afetivo-sexuais entre os dois grupos (Mascarenhas, 2023, p. 172).

Demarca-se os pressupostos do que ficará caracterizado como “Mito da Democracia Racial”, com reverberações até os tenros dias, postulando discursos de escamoteamento em torno dos conflitos raciais abertos. Afinal, como acertadamente expressa Moreno (2014)

Sejam tratadas como mitos, discursos ou representações, as narrativas da nação são constantemente presentificadas. — Mas também ressignificadas na busca da coesão social. [...] as representações da nação são vivenciadas concretamente pelos agentes sociais, conforme os grupos de que fazem parte. Ainda, as representações da nação, presentes nos discursos das mais variadas tendências políticas, atuam articulando sentidos, servem de fonte legitimadora e acabam por orientar estratégias, projetos e outras práticas sociais (Moreno, 2014, p. 25-26).

Neste processo, constata-se que a ideologia de reprodução do racismo no Brasil, manifesta no “mito da democracia racial”, congrega elementos de ocultação das



determinações sociais; naturalização de fenômenos sócio-históricos; ancorada numa legitimação e justificativa, sob a perspectiva de nação que condiciona interesses particulares como gerais.

Neste campo de disputas irreconciliáveis, que nos convida à radicalidade teórico-metodológica, concordamos com Silva (2021, p. 88), ao evidenciar que — “o jogo dialético entre consciência e memória configura uma disputa permanente pela primazia da verdade histórica”. Neste sentido, o que pressupõe a importância de olharmos o conjunto de estratégias e táticas nas organizações negras, indígenas e quilombolas, em todo o período histórico brasileiro, com suas diferencialidades. Contudo, sendo um elemento dinamizador, de desgaste e tensionamento do Estado no âmbito das relações sociais.

Em uma sociedade marcada pelo projeto de nação, determinada pela *ordem* e *progresso*, vinculado a uma lógica de branqueamento da população brasileira, criminalização e subalternização dos sujeitos negro, dos povos indígenas e comunidades quilombolas na sociedade abrangente (Moura, 2021; Amaral; Bilar, 2020), nota-se um condicionamento do desenho e da lógica das políticas sociais. Atrelado a isso, sob essa construção, temos um Estado, que fundamenta seu conteúdo e finalidade<sup>14</sup> em uma forma jurídico-política pautada nas determinações das classes sociais na sua estrutura e condiciona a lógica opressiva a determinações segmentos.

Percebe-se claramente a lógica de atuação e o caráter de classe posto, bem como o incontornável projeto de construção de uma unidade nacional. Assim, por meio de medidas diretas na contenção e gestão dos conflitos sociais, os sujeitos subalternizados, acabaram se inserindo a margem do sistema produtivo, formando os grandes aglomerados urbanos (primeiras favelas<sup>15</sup>) e configurando parcela significativa do exército industrial de reserva, que então se conformava. É substancial destacar que esse conjunto de medidas tinham como finalidade a reprodução ampliada da classe trabalhadora, fundamentalmente do seu contingente enegrecido, abandonados à própria sorte. Neste quadro geral, temos acordo com Souza (2021), ao chamar a atenção, que:

[...] a não apropriação teórica e política da dinâmica concreta da classe trabalhadora brasileira, na sua existência própria, diversa e multifacetada, oculta, não apenas, as lutas e as condições das/os trabalhadores/as negros/as e dos povos originários, como inviabiliza uma análise concreta sobre as particularidades da luta de classes como um todo e da própria história do trabalho no país (Souza, 2021, p. 33).

<sup>14</sup> “As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão” (Iamamoto, 2019, p. 449).

<sup>15</sup> O Registro histórico, aponta que a primeira favela do Brasil, data do ano de 1897, no Rio de Janeiro (RJ). — “Em 1897, aproximadamente 10 mil soldados voltaram da Guerra de Canudos e se instalaram no atual Morro da Providência, no Rio. O local, que já era habitado por ex-escravos, se transformou na primeira favela brasileira (GELEDÉS, Primeira Favela do Brasil, surgiu a 120 anos: 09/11/2017).



É este conjunto de conformações na dinâmica social, que a luta de classes na particularidade brasileira, determinada pelas relações sociais de sexo e étnico-raciais, ou seja, a relação dialética entre patriarcado, racismo e capitalismo (Costa; Carrijo, 2021; Ferreira; Fagundes, 2021), terá nas respostas do Estado e de seus aparelhos de coerção e consenso, as formulações e operacionalidade para fins do enfrentamento das sequelas da “questão social” e reprodução ampliada do capital. Essa chave nos oferece elementos centrais para a compreensão da “questão social”, na nossa particular formação econômico-social, imbricada a universalidade do modo de produção capitalista em consolidação.

Neste quadro, as relações étnico-raciais são centrais para análise da condição concreta da classe que vive diretamente da venda da sua força de trabalho, cujos processos de *rupturas* e *continuidades* não se expressão como “um passado que ficou para trás”, nem tão logo se encerram a uma noção de “herança”. Todavia, são orgânicos à dinâmica de produção e reprodução ampliada da dominação, exploração-opressão capitalista (Pinheiro, 2023) e sua lógica de valorização constante, com contornos próprios, inclusive, na atual quadra histórica, de crise estrutural do capital e acirramento do conservadorismo em seu caráter reacionário (Mota; Rodrigues, 2020).

## CONCLUSÕES

Buscamos neste artigo estabelecer algumas reflexões bastante gerais, considerando uma agenda de pesquisa em andamento. Concebe-se uma concepção de Serviço Social na História, a partir do viés analítico dos fundamentos da profissão. A análise histórico-concreta, dos grande debates conjunturais a luz das elaborações teóricas do pensamento social; os dilemas de cada tempo demarcado, são enveredações fundamentais para a análise da profissão. Se tratando de Brasil, o debate em torno das classes sociais, suas contradições, a centralidade do racismo e do capitalismo dependente são ingredientes incontornáveis, se quisermos avançar numa captura do real em seu movimento histórico e dialético.

Em linhas gerais, demonstramos a relação medular em torno das teses eugênicas, o papel do Estado no enfrentamento das expressões da “questão social”, que conformara o desenho das políticas sociais e seu caráter de classe racializado e generificado, justaposto na conjuntura em questão, na busca de dinamizar os conflitos sociais na ordem do dia. O dilema racial, era incontornável e continua latente no tempo presente - dado seu caráter estrutural -, a conformar o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Como acertadamente, nos lembra a campanha do dia da/o assistente social de 2019: “*Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro*”.

A título de síntese conclusiva, gostaríamos de destacar, que neste atual momento histórico, é inegável o avanço que temos galgado no debate acerca das relações étnico-raciais no interior da profissão expresso na agenda das entidades da categoria (Conjunto



CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO), a exemplo da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020); os Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social (2018); Plataforma Antirracista<sup>16</sup> (2022) e na produção do conhecimento na área (TCCs, dissertações/teses, periódicos). Não sem tensionamentos, constrangimentos dissensos e disputas. Afinal, “a história não avança, pedindo permissão”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

AMARAL, Wagner Roberto; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 180 - 195 Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2023.

COSTA, Renata Gomes da; CARRIJO, Josiley. Questão Social e sua particularidade no Brasil. imbricações entre patriarcado-racismo-capitalismo. *Temporalis*, 21(42), 77–93. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

DEL CONT, Valdenir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFhn8MVtq8C9kVCPwb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. 23 *Tempo*. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2023.

ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 316-333, jul. / dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. *Racismo e superexploração no Brasil*. diálogos e questões. 1. ed. Curitiba/PR: Editora APPRIS, 2022.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da Questão Social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, 21(42), 62–76. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>>. Acesso em: 09 de Abril de 2023.

FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947). *Dissertação de mestrado*. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.

<sup>16</sup> A gravação do lançamento da Plataforma Antirracista na íntegra, pode ser acessado pelo canal no youtube da TV ABEPSS. Lançamento da Plataforma Antirracista - Confira o lançamento da Plataforma Antirracista durante o XVII ENPESS, realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2022, na UERJ!. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista-98>>.



FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. 293 f. *Tese ( Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>> . Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.*

\_\_\_\_\_. Política social, Serviço Social e eugenia: reflexões para o século XXI. *In. Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos.* org. Márcia Campos Eurico. [et. al]; Campinas: Papel Social, 2021.

GOÉS, Weber. Racismo e Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. – São Paulo: LiberArs, 2018.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira (Orgs.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* 2º ed. Campinas: Papel Social, 2019.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, DPI/CCH/UEM v. 5 n. 1 p. 115-137, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

MARX, Karl. *O' Capital - Crítica da economia política.* Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, Teresa. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil. Recife, 2012. 222 f. *Tese (doutorado) - UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas , Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>> . Acesso em: 31 de janeiro de 2023.*

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 7-29. *Desafios Contemporâneos collection.*

MOTA, Ana Elisabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/archive>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro.* – 2.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019 - (Palavras Negras).

\_\_\_\_\_. *O negro de bom escravo a mau cidadão?.* 2º ed. – São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. "Não aceitei o que é de hábito como coisa natural": desvendando a ontologia da unidade exploração-opressão. In. *Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo.* Org: Ivanete Boschetti, et al. - São Paulo: Usina Editorial, 2023.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. *In: (Org.). EURICO, Márcia Campos...[et al]. Antirracismos e Serviço Social.* – São Paulo: Cortez, 2022.





\_\_\_\_\_. *Relações raciais e pensamento social brasileiro*: reflexões pertinentes a uma formação antirracista. in. *Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. org. Márcia Campos Eurico. [et. al]; Campinas: Papel Social, 2021.

SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. *Questão Social e Assistência na formação do Brasil: o papel da polícia*. *SER SOCIAL. QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL Brasília*, v. 24, n. 50, janeiro a junho de 2022. Disponível em: . Acesso em: 26 de Dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. *O papel do Estado na construção da Assistência através da ação da polícia do Rio de Janeiro: 1870-1930*. Rio de Janeiro, 2015. 425p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 26 de Dezembro de 2022.

SOUZA, Cristiane Sabino. *Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina*. *Revista Fim do Mundo*, nº 4 , jan/abr 2021. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. *A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 1, p. 16–35, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.